



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO
SECULT/CONSEC - Conselho Estadual de Política Cultural

Ata

59ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural

07/05/2026

Aos 7 dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, após verificação de quórum em segunda chamada, foi aberta a 59ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais, que ocorreu de forma híbrida, com a presença verificada de membros 20 titulares e 12 membros suplentes, quais sejam:

Maristela Rangel Pinto – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Titular
José Oliveira Junior – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Suplente
Bruno Balista – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Titular
Verônica Ildefonso Cunha Coutinho – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Titular
Maria Luiza Reis Jardim – Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Suplente
Ivan dos Santos Cândido – Fundação Clóvis Salgado – Titular
Lindomar José Gomes e Silva – Fundação Clóvis Salgado – Suplente
Adriano Maximiano da Silva – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Titular
Vanusa Rodrigues Chaveiro – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Suplente
Débora Balarini Nery Martins – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Suplente
Nina Abreu Carvalho – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Suplente
Silvia Maria da Cunha Martins Pinheiro – Secretaria de Estado de Governo – Titular
Maria da Penha Siqueira de Araújo – Secretaria de Estado de Governo – Suplente
Aryanne Ribeiro – Audiovisual e Novas Mídias – Titular
Terezinha Lucia de Avelar – Audiovisual e Novas Mídias – Suplente
Rodrigo Robleno – Circo – Titular
Dalany Soares Sarmiento – Cultura alimentar e gastronomia – Titular
Luis Fabiano dos Santos – Culturas afro-brasileiras – Titular
Thayna Fernandes Araújo Paes – Culturas populares e tradicionais – Titular
Wenderson Godoi dos Santos – Danças – Suplente
Antonio Carlos Pimenta Diniz – Design e artes visuais – Titular
Marina Coutinho Azze – Entidades sociais culturais – Suplente
Carlos Alexandre Ribeiro Batista – Moda – Titular

Andressa Iza Gonçalves – Museus, espaços de memória e acervos – Titular

Leandro César da Silva – Música – Titular

Cassiano Alves Maçaneiro – Música – Titular

Platinny Dias de Paiva – Patrimônio cultural – Titular

Charles Moraes De Lima – Patrimônio cultural – Suplente

Luciene da Silva Nogueira – Política Estadual de Cultura Viva – Titular

João Carlos Freitas da Silva – Política Estadual de Cultura Viva – Suplente

Lucas Cristian de Oliveira – Produção cultural e técnica – Titular

Morrison de Oliveira – Teatro – Titular

PAUTAS DA 59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA,

1. PNAB

2. Processo Eleitoral

1. PNAB

A reunião foi iniciada pela presidente do CONSEC, Maristela Rangel, agradecendo ao secretário e ao prefeito de Poços de Caldas por receber o Conselho nesta cidade. Em seguida, a palavra é passada para o secretário Leônidas, exaltando as expressões culturais da afro mineiridade e entrega a declaração de patrimônio cultural aos grupos culturais locais ali presentes. O secretário, apoiado dos conselheiros, exalta o descentra cultura e a importância dessa política para territorialização das políticas culturais em Minas Gerais, e reforçam a necessidade de forçar na territorialização e interiorização. Conselheiros questionam os prazos da PNAB e a situação que a prorrogação gera. Apresentam demandas de representações regionais para a construção das políticas e a urgência da capacitação dos pareceristas e o monitoramento para evitar o uso de IA nos pareceres. reforçam a necessidade de reuniões itinerantes e agradece a oportunidade da reunião atual, também

José Júnior apresenta os dados consolidados do Ciclo 1 da PNAB, por meio do Power BI. Ele explica as funcionalidades do BI e as formas que os conselheiros podem estudar e mapear os dados por esse instrumento, afirma que quaisquer dúvidas relacionadas ao Power BI podem ser encaminhadas pelo e-mail e pelo grupo do CONSEC. Apresenta a descentralização efetiva dos recursos no qual 81,77% foram distribuídos para o interior, fora de Belo Horizonte e as metas estipuladas pelo conselho na CNC foram cumpridas.

Segue os dados compilados:

Ciclo 1

60,85% do total de projetos inscritos

529 cidades do interior

Ciclo 2

67,99% do total de projetos inscritos

regionalização -564 cidades do interior

Uberaba -2,22% para 2,53%

Patos-2,55% para 2,72%

Valadares-1,46% para 1,53%

Teófilo Otoni -5,62% para 6,61%

Montes Claros-5,55% para 6,73%

A predominância da RI de BH nos dados e recursos preocupa os conselheiros, porém José Júnior responde com os dados da PNAB ciclo 1 e 2 que demonstram a descentralização e o avanço que teve de número de inscritos presentes no interior, e como os próximos resultados tendem a seguir esse padrão devido ao esforço da SECULT e do CONSEC em descentralizar as políticas em Minas Gerais.

Há a cobrança a secult da Busca Ativa, Bruno afirma que já está em andamento e segue aguardando resposta de outros órgãos, utiliza os dados do Power Bi para reforçar a necessidade da Busca Ativa. Maristela menciona a proposta de executar a Bucas Ativa em um formato parecido com a apresentada pela Educação, acrescenta também a proximidade com as IGR's e os secretários dos municípios devido ao programa Minas Essencial.

A questão dos inabilitados surge, questionando por que os inabilitados não estão nos dados, secult responde que os inabilitados não conversam com os dados apresentados no BI, mas sugere a possibilidade de realizar uma pesquisa de análise dos motivos dos inabilitados estarem inabilitados, buscando o perfil deles.

Conselheiros apresentam a demanda de aumentar o número de inscrições em municípios que possuem o IDH baixo, José Júnior rebate que o critério de IDH por município não é o suficiente para solucionar esse problema de forma efetiva, é necessário ampliar a participação nos editais das pessoas mais vulneráveis, incluindo também aquelas que residem em áreas vulneráveis de municípios com alto IDH. Foi verificado pelos dados que a política pública não conseguiu chegar nesses lugares de vulnerabilidade, não computando nenhum projeto nessas regiões. A secult se compromete com a responsabilidade de buscar novos critérios para atingir regiões com IDH baixo, já que o critério utilizado não foi o suficiente.

Houve a demanda de criar observatório da cultura de minas gerais para que tenha discussões contínuas e pensar a PNAB como um ciclo completo, para que tenha avanços estruturantes, poder contestar com dados e realizar pesquisas que ajudem efetivamente na construção de editais culturais regionalizados e inclusivos. Solicitação de manter o funcionamento do GT de fomento, construindo deliberativamente com a secult para desenvolver um material de pesquisa e avanços do CONSEC com a secult.

Conselheiros apresentam a burocracia como problema principal da descentralização e sugerem utilizar 50% dos recursos para a regionalização. Porém há alguns questionamentos, por parte de outros conselheiros, sobre a necessidade de descentralizar os recursos, e como isso pode prejudicar belo horizonte.

2. Processo Eleitoral

Secult explica que o último processo eleitoral do CONSEC foi turbulento e a Controladoria Geral do Estado exigiu mais camadas e segurança, por isso esse processo eleitoral será mais burocrático. Será exigido duas camadas/etapas de segurança, os eleitores e candidatos precisam usar a plataforma gov.br, passar por uma análise de currículo e portfólio.

Terá a instituição de três câmeras temáticas para operacionalizar esse processo eleitoral. Com participação voluntária dos conselheiros, essas câmeras definem critérios de democratização e municipalização para o incentivo fiscal. E terá também uma câmera temática exclusiva para grupos e comunidades de culturas populares. Os conselheiros que participarem da comissão eleitoral não poderão se candidatar para as eleições do 7º mandato. Conselheiros apontam a necessidade de implementação das câmeras regionais consultivas.

Diferenças do novo processo: eliminou a recondução de 5 conselheiros sem reeleição, agora qualquer conselheiro poderá se candidatar e se reeleger dentro da própria cadeira .

Primeira camada de segurança:

Eleitores e candidatos precisam usar a plataforma gov.br

Segunda camada de segurança:

Comprovação de atuação no segmento para candidatos

Comprovação de atuação no segmento para eleitores

Ordem do processo: Inscrição de candidatos e eleitores > Validação de candidatos e eleitores > Habilitação de candidatos e eleitores > Votação de eleitores nos candidatos habilitados

Calendário

Lançamento do edital - Na última semana de maio/primeira de junho

Inscrição de candidatos - Da última semana de maio até última semana de junho

Inscrição de eleitores - da última semana de maio até terceira semana de julho

Validação de candidatos e eleitores;

Votação eleitores última semana de julho à última semana de agosto/primeira de setembro

Conferência CGE;

Homologação de resultados e designação;

Posse coletiva final de outubro;

Conselheiros questionam a participação da sociedade civil nas eleições, defendem que essa nova forma de votação pode prejudicar a participação do interior, essa população não será representado por falta de candidatos. Toda essa burocracia e etapas diminui o envolvimento da sociedade civil no interior, limita o número de pessoas que querem participar da cultura, já que o gov.br vai excluir uma parcela grande da população, e assim sugerem uma nova forma de validação dos candidatos e eleitores. As camadas vão selecionar que as pessoas que votam participem e acompanhem o conselho e as questões culturais do estado e de seus setores.

Sugestão de buscar apoio de conselhos municipais nesse processo eleitoral, na mobilização e validação dos eleitores e conselheiros estaduais, como alternativa as camadas de segurança.

Maristela apresenta relatos que os seguimentos ao redor de MG não sabem quem são os representantes deles no CONSEC e defende que a cadeira seja votada pelos próprios integrantes do segmento, dos pares ao redor de Minas Gerais inteiro, para que a representação seja legítima e estimule a participação ainda maior da sociedade civil e por parte dos seguimentos e qualificar o discurso.

Reunião foi encerrada.

Referência: Processo nº 1410.01.0004121/2024-05

SEI nº 144076617